

EDUVALE EM

Relatos e Retratos

Práticas exitosas no ensino, pesquisa e extensão.



Apresentação

O Book Institucional de Práticas Exitosas - “Eduvale em Relatos e Retratos: práticas exitosas no ensino, pesquisa e extensão” - é uma iniciativa do CEPE da Faculdade EDUVALE em parceria com os Núcleos de Ensino (NUEN), Pesquisa (NUPES), Extensão e Ação Comunitária (NEACO), Laboratórios (NULAB), Tecnologia, Informação e Comunicação (NUTIC) e NDEs dos Cursos da Instituição.

Atenta aos desafios do Ensino Superior e à importância da valorização da busca constante de práticas de metodologias ativas capazes de INOVAR, a EDUVALE tem desenvolvido estratégias institucionais com a finalidade de fomentar, oportunizar, financiar, executar e socializar resultados e avaliações de práticas exitosas incorporadas no cotidiano dos docentes e discentes da Faculdade EDUVALE do grupo FAEF.

Este Book foi idealizado a partir da missão institucional da IES que é fundamentada em oferecer conhecimentos científicos e tecnológicos aliados à sólida formação ética, moral e humanística à população do Vale do São Lourenço, contribuindo, assim, para transformações sociais que elevem o ser humano em busca da sua dignidade e realização pessoal e adicionalmente amparado pela indissociabilidade entre a tríade ensino, pesquisa e extensão através de metodologias de aprendizagem inovadoras visando a excelência profissional de nossos docentes e egressos.

Esta iniciativa é parte estratégica da execução do Plano de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Sociedade desenvolvido nesta IES que busca a excelência institucional de forma permanente, atual, inovadora e colaborativa.

Prof^a Ana Claudia Gutierrez de Oliveira Daleffe
Edição e revisão

Prof^a Dr^a Isis Indaiara Gonçalves Granjeiro Taques
Edição e revisão

Hamanda Mendonça Ribeiro
Publicação

Jakeline Ferreira Souza
Fotografia

Maria Fernanda Gutierrez Oliveira Daleffe
Fotografia

Alice Naiane Silva França
Designer gráfico

Priscilla Reis da Silva
Formatação



Autores

Prof. Esp. Daniel De Jesus Araújo

Prof. Esp. Luís Henrique Paim Cremonez

Prof. Esp. Mateus Augusto Cardoso De Almeida

Prof. Me. Vilso Da Silva Franco



EDUVALE EM

Relatos e Retratos

Práticas exitosas no ensino,
pesquisa e extensão.



CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS
LEOPOLDO FRANCISCO SONSIN
JOSE SARNEY
PRES. DA REPUBLICA
IRAPOAN CAVALCANTI DE LIRA
PRESIDENTE DA LRA
HONERO FLORISBELO DA SILVA
GOV. ESTADUAL DE MATO GROSSO
MARIO SARNEY
GOV. NACIONAL/LRA
MARTO VILACA
GOV. NAV
PREZERRA







Sumário

1



PRATICANDO E SIMULANDO AS AUDIÊNCIAS CÍVEIS

2



COMPREENDENDO O CICLO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

3



APRENDENDO SOBRE AS DIVERSAS FORMAS DE EXECUÇÃO DO CPC

4



A SIMULAÇÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO

6



GRUPO DE ESTUDOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

9



INICIAÇÃO À PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL



12



CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL

14



10 - DIFERENÇAS ENTRE A LEI 14.133/21 E LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11

16



CONTROLE DE RACIONALIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

17



A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS CHINESAS E A PRODUÇÃO DE CELULARES

20



ALINHANDO TEORIA E PRÁTICA: A PETIÇÃO INICIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

22



RUMO AO SUCESSO NA OAB: MANUSEANDO O VADE MECUM DE FORMA EFICIENTE



PRATICANDO E SIMULANDO AS AUDIÊNCIAS CÍVEIS

Autor: Prof. Esp. Daniel de Jesus Araújo

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

No mercado de trabalho os bacharéis e advogados encontram uma série de desafios após a saída do curso de Direito.

Uma das maiores dificuldades diz respeito ao enfrentamento das audiências judiciais, importante momento da prática forense, que podem deixar o profissional da área com muitas dúvidas acerca do modo de agir e de consuzir o acompanhamento de defesa de seus clientes.

Portanto, saber se portar, qual vestimenta utilizar, saber localizar o seu lugar de a assento em uma sala de audiência são ensinamentos que os graduandos do curso de Direito não podem negligenciar durante a sua formação acadêmica, de modo que a simulação de audiência é essencial para a compreensão desses mandamentos.

Baseado na importância desses assuntos para os advogados e demais profissionais forenses foi adotada a metodologia de ensino ativa aprender fazendo (Learn by oing) com os alunos de todas as turmas do curso de Direito com o objetivo que eles pudessem compreender as etapas de uma audiência cível do Juizado Especial e do Juízo cível comum e praticassem esses conhecimentos nas simulações de audiências com casos propostos pelo professor.

Dada a importância de aliar o conteúdo ensinado em sala de aula, com a prática que será enfrentada pelos alunos após a conclusão da graduação no curso de Direito, os alunos tiveram de por em prática os ensinamentos teóricos sobre o procedimento das audiências cíveis, experimentando a sensação de como se dá a atuação de um advogado, testemunha, parte e juiz em um dos momentos mais importantes de um processo judicial.

Com base na metodologia empregada é possível concluir que a atividade foi adequada e extremamente exitosa no ensino do funcionamento de uma audiência cível para os alunos do curso de Direito. Os discentes demonstraram grande interesse durante a atividade, e foi possível observar para além da fixação do conteúdo o questionamento crítico e reflexivo acima do esperado, além de desenvolverem uma relação amigável e estimulante com os demais colegas com quem elaboraram as narrativas utilizadas nas audiências.



COMPREENDENDO O CICLO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

Autor: Prof. Esp. Daniel de Jesus Araújo

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia empregada: Pesquisa científica

O Direito Financeiro, dentre todos os ramos do ordenamento jurídico brasileiro, talvez seja uma das áreas menos conhecidas pelos acadêmicos do curso. Em contrapartida, a matéria cuida sobre as finanças públicas e das relações jurídicas que dela decorrem.

Identificar o desdobramento do orçamento público (receita, despesa, crédito público e orçamento) é de suma importância para os graduandos entenderem de que modo as receitas públicas são captadas e administradas pelo Poder Público, bem como de que maneira elas são aplicadas nas mais diversas atividades desenvolvidas pelo poder executivo (federal, estadual e municipal), uma vez que os reflexos da atividade financeira estatal impactam diretamente em suas vidas cotidianas.

Baseado na importância desses assuntos para os profissionais do Direito foi adotada a metodologia de ensino de pesquisa científica com os alunos do 7º semestre de Direito e objetivou-se que todos pudessem identificar as fases do modelo orçamentário constitucional brasileiro.

Dada a importância do tema, foi proposto aos alunos do 7º semestre de Direito que analisassem as fases das receitas e despesa públicas e identificassem de que modo se dá a atuação dos poderes públicos em cada uma das fases, elaborando textos com o conteúdo pesquisado e estudado em sala de aula.

Com base na metodologia empregada é possível constatar que o resultado foi positivo, pois, muito embora tenha havido uma breve resistência dos discentes, estes desenvolveram a atividade com afinco, demonstrando a fixação do conteúdo teórico apresentado pelo docente, além do questionamento crítico acerca do modelo orçamentário brasileiro disposto na Constituição Federal do Brasil de 1988 e da lei Responsabilidade Fiscal.

Também foi observado que os acadêmicos conseguiram compreender as fases do orçamento público, além dos estágios da receita e despesas públicas, o que possibilitará o entendimento do porquê da tomada de algumas decisões do Poder Executivo local e regional, muitas vezes incompreendidas pela população em geral.



APRENDENDO SOBRE AS DIVERSAS FORMAS DE EXECUÇÃO DO CPC

Autor: Prof. Esp. Daniel de Jesus Araújo

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia empregada: Pesquisa científica

O Direito Civil talvez seja o ramo do Direito mais discutido durante a graduação, em especial pela extensão e abrangência da matéria, que trata de quase todos os aspectos da vida civil do ser humano. Nesse sentido, o conteúdo “Das Obrigações” assume grande importância, uma vez que nessa parte do Código Civil Brasileiro estão presentes as regras gerais das relações obrigacionais. Em casos em que não ocorre esses adimplimento, surge a figura do processo de execução, em que o credor buscará a satisfação de um direito pela via judicial, em processo mais célere que o comum, que atingirá o patrimônio do devedor.

Compreender de que forma se extingue uma obrigação e o reflexo do seu não cumprimento é primordial para a verificação de direitos tanto de credores como de devedores, sendo tais informações imprescindíveis para os profissionais forenses no atendimento de demandas judiciais dessa natureza.

Baseado na importância desses assuntos para os profissionais da área jurídica foi adotada a pesquisa científica com os alunos do 5º semestre do curso de Direito e objetivou-se que todos pudessem entender o procedimentos dos diversos processos de execução e identificar as particularidades de cada um foi adotada a referida metodologia.

Dada a importância de aliar o conteúdo ensinado em sala de aula, com os desafios que serão enfrentados na seara profissional dos graduandos em Direito, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir explicação acerca do conteúdo teórico dos processos de execução presentes no Código de Processo Civil e, em seguida, formaram grupos para realizarem pesquisas e responderam a questões dissertativas acerca do tema apresentado.

Com base na metodologia empregada foi possível constatar o grande interesses dos alunos no desenvolvimento da atividade sobre os processos de execução, resultando em grande êxito nas

respostas das questões dissertativas propostas para eles. Os mesmos demonstraram grande empenho durante a atividade, e foi possível observar para além da fixação do conteúdo o questionamento crítico e reflexivo acima do esperado, além de desenvolverem um sentimento de colaboração com os colegas durante a elaboração das respostas.



A SIMULAÇÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO

Autor: Prof. Esp. Luís Henrique Paim Cremonez

Direito, Atividade de ensino

Metodologia empregada: aula simulada e dialogada com a análise de casos concretos

No dia 02 de abril do ano de 2022 (2022.1), na disciplina de estágio e prática jurídica civil I, para os alunos do 7º semestre do curso de direito, foi ministrada, na biblioteca da Faculdade EDUVALE, uma aula prática simulada de atendimento jurídico. Tal simulação prática possibilitou o desenvolvimento das atividades simuladas de prática jurídica referente aos conteúdos obrigatórios e elementares na área Cível, visando, por consequência, à interdisciplinaridade com as matérias correlatas. Nessa aula foi realizada a simulação de atendimentos jurídicos, para que, em um próximo momento, os nossos acadêmicos possam realizar os atendimentos jurídicos em nossa sociedade com o objetivo de auxiliar, por meio do Escritório de Assistência Jurídica Gratuita (EAJG) do Núcleo de Prática Jurídica – NUPRAJU da Faculdade EDUVALE, o acesso da justiça e a efetivação dos conflitos jurídicos para as pessoas hipossuficientes, isto é, para as pessoas que não possuem condições financeiras para arcar com advogado particular e, também, cujo o valor da causa não ultrapasse o montante de 10 (dez) salários mínimos.

Neste sentido, é possível afirmar que o objetivo primordial dessa atividade simulada, que atingiu o que estava sendo proposto, era a introdução dos alunos às atividades jurídicas contemporâneas, humanísticas e axiológicas, possibilitando, então, um maior envolvimento com o conteúdo teórico que aprenderam ao longo da graduação com a parte prática que vem sendo utilizada pelos discentes nos estágios e que utilizarão, ainda mais, ao saírem da nossa instituição de ensino para o mercado de trabalho no futuro próximo.

A aula, para atingir a finalidade mencionada no parágrafo anterior, consistiu, inicialmente, com o professor da disciplina selecionando uma aluna para que essa realizasse o papel do cliente e o docente, por consequência, realizou o papel do advogado nessa simulação de consulta jurídica. Depois de demonstrando, diante de toda a turma, tal simulação. O professor selecionou um aluno e o colocou no papel de advogado e, então, o docente foi, nessa simulação, o possível cliente de desse aluno. Com a finalidade de demonstração do exposto, anexa as seguintes imagens:



**Prof. ESP. LUÍS
HENRIQUE PAIM
CREMONEZ E OS ALUNOS
DA TURMA DO 7º
SEMESTRE 2022/1 DO
CURSO DE DIREITO DA
FACULDADE EDUVALE**



**O aluno João Pedro da Silva Jorge da
turma do 7º Semestre 2022/1 do curso de
direito da Faculdade EDUVALE, que exerceu o
papel do advogado na simulação do
atendimento jurídico.**

Com a execução dessa aula prática exitosa, foi possível concluir, através do devido alinhamento entre a teoria e a prática jurídica simulada e, também, com o propósito de atender as necessidades dos acadêmicos e futuros operadores do direito em relação aos aspectos da aplicação do direito, pelo êxito da dicotomia teoria e a prática e, ainda, como resultado, ocorreu a conquista da aplicação lógica do conhecimento da legislação nacional e a obtenção do pleno desenvolvimento do raciocínio lógico e sua eficácia aplicação em questões jurídicas. Por fim, é possível atribuir a essa simulação a devida contribuição para o domínio dos procedimentos forenses necessários aos futuros profissionais do Direito para o atendimento jurídico necessário para com a sociedade.

GRUPO DE ESTUDOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor: Prof. Esp. Luís Henrique Paim Cremonez

Direito, Atividade de extensão

Metodologia empregada: aula simulada e dialogada com a análise de casos concretos

Esse grupo de estudos, realizado no primeiro semestre letivo do ano de 2021 (2021.1), teve como finalidade a busca pela compreensão de uma boa parte da Carta Magna do ordenamento jurídico brasileiro, isto é, Constituição Federal de 1988. Neste sentido, foi estudado, a natureza jurídica e a relevância jurídica do preâmbulo da Constituição Federal de 1988; os princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988; os direitos e garantias fundamentais expostos na Constituição Federal de 1988: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos; e, por fim, dialogado sobre as formas da organização do Estado exposta na Constituição Federal de 1988: organização político-administrativa, união, estados federados. Para tanto, analisamos, em paralelo a tais institutos, os fenômenos jurídicos advindos da própria Constituição Federal para todo o direito nacional. Para tanto, a faculdade, como for de divulgar para os discentes e para a comunidade externa, criou a seguinte arte para a divulgação:



Deste modo, em tal grupo de estudos, conseguimos compreender como a Constituição Federal de 1988 afeta, diariamente, as relações jurídicas públicas e privadas de toda a sociedade. Consequentemente, nos capacitamos nos fundamentos necessários para a compreensão da Constituição Federal de 1988 e, por tais razões, adquirimos conhecimentos técnico-jurídico de modo interdisciplinar e reflexivo para a aplicação cotidiana no ambiente forense.

Esse projeto de extensão, por mais que tenha sido oportunizado em momento pandêmico e de restrições quanto a convívio social, o que fez com que os encontros ocorressem de forma remota por meio do meeting, teve uma ótima interação e participação dos discentes que, aproximadamente, compareciam mais de 60 (sessenta) alunos por encontro, conforme se demonstra nesse print realizado por uma das discentes que participou e compartilhou nas suas redes sociais:



Print
compartilhado do
encontro do
grupo de estudos
nas redes sociais
pela discente
Isnara.



Como consequência do projeto, foi possível concluir por uma demonstração de interesse pela busca científica (acadêmica) do conhecimento jurídico dos nossos discente e gerou, como resultado, uma reaproximação dos alunos para o ambiente acadêmico e um otimismo desses alunos com a possibilidade da realização, em breve, dos sonhos pessoais e familiares que possuem de alcançarem a aprovação no Exame da Ordem dos Advogados e/ou em futuros concursos públicos que realizarão, sendo aprovado, por unanimidade, o projeto de grupo de estudo realizado pela Faculdade Eduvale e ministrado por esse professor, conforme se demonstra por meio do gráfico gerado, por meio do google formulário, da avaliação dos participantes:

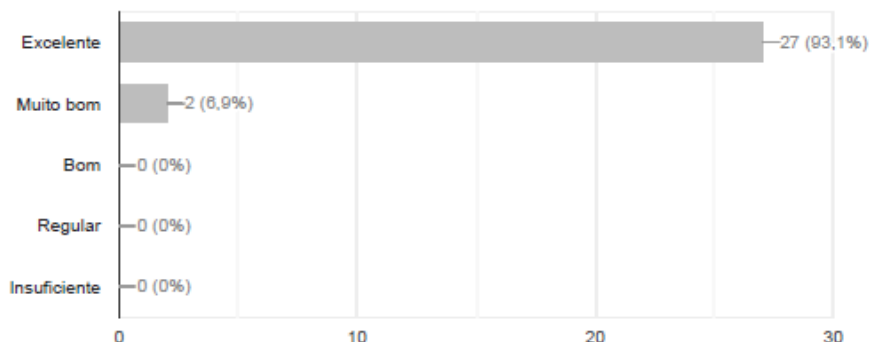
27/07/2021

Avaliação - Formulários Google

Avaliação sobre o grupo de estudos e sobre as atividades realizadas no grupo de estudos de direito constitucional "Sábado "Legal" - Aprendendo a Constituição Federal de 1988"

Você classifica o nosso grupo de estudos e as nossas atividades realizadas no grupo de estudos como?

0 / 29 respostas corretas



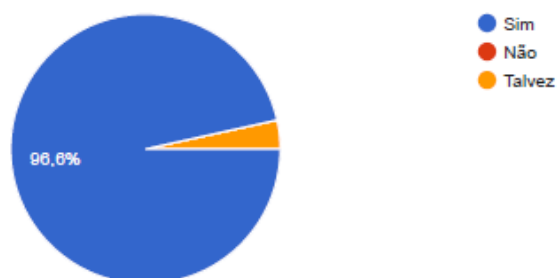
Classificação dada pelos discentes, de acordo com os formulários preenchidos pelos participantes, para as atividades realizadas no grupo de estudos.

27/07/2021

Avaliação - Formulários Google

Você participaria, no próximo semestre, de um novo grupo de estudos ministrado pelo mesmo docente e com a sequência da temática apresentada nesse primeiro semestre do ano de 2021?

29 respostas



Respostas dadas pelos discentes, de acordo com os formulários preenchidos pelos participantes, para uma possível participação em um novo grupo de estudos nos próximos semestres.

INICIAÇÃO À PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL

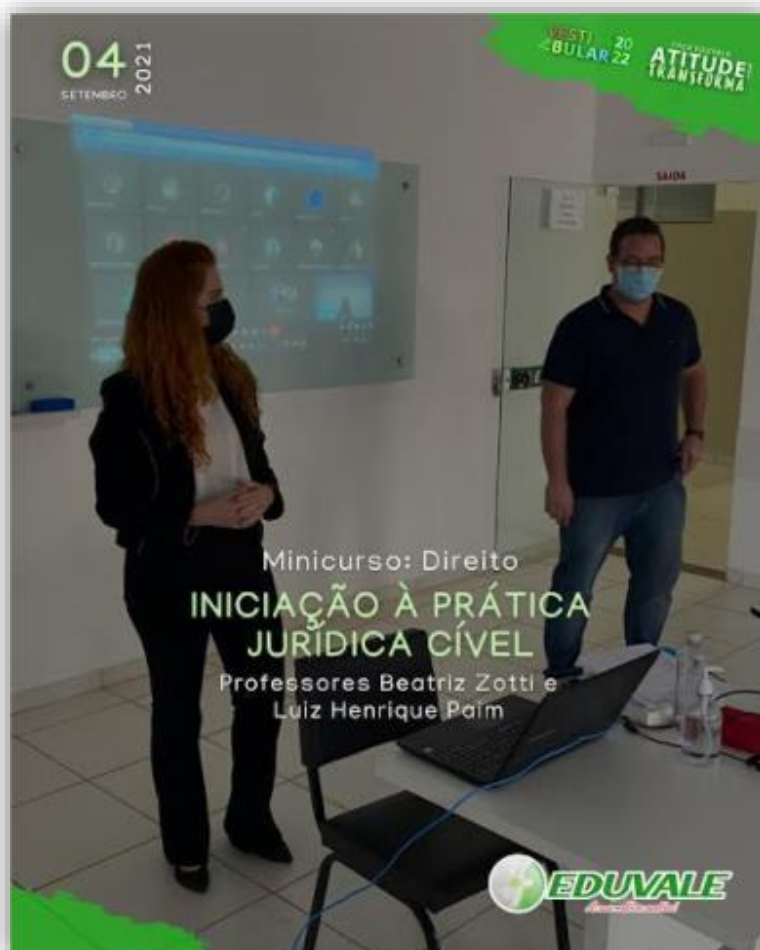
Autor: Prof. Esp. Luís Henrique Paim Cremonez

Direito, Atividade de extensão

Metodologia empregada: aula simulada e dialogada com a análise de casos concretos

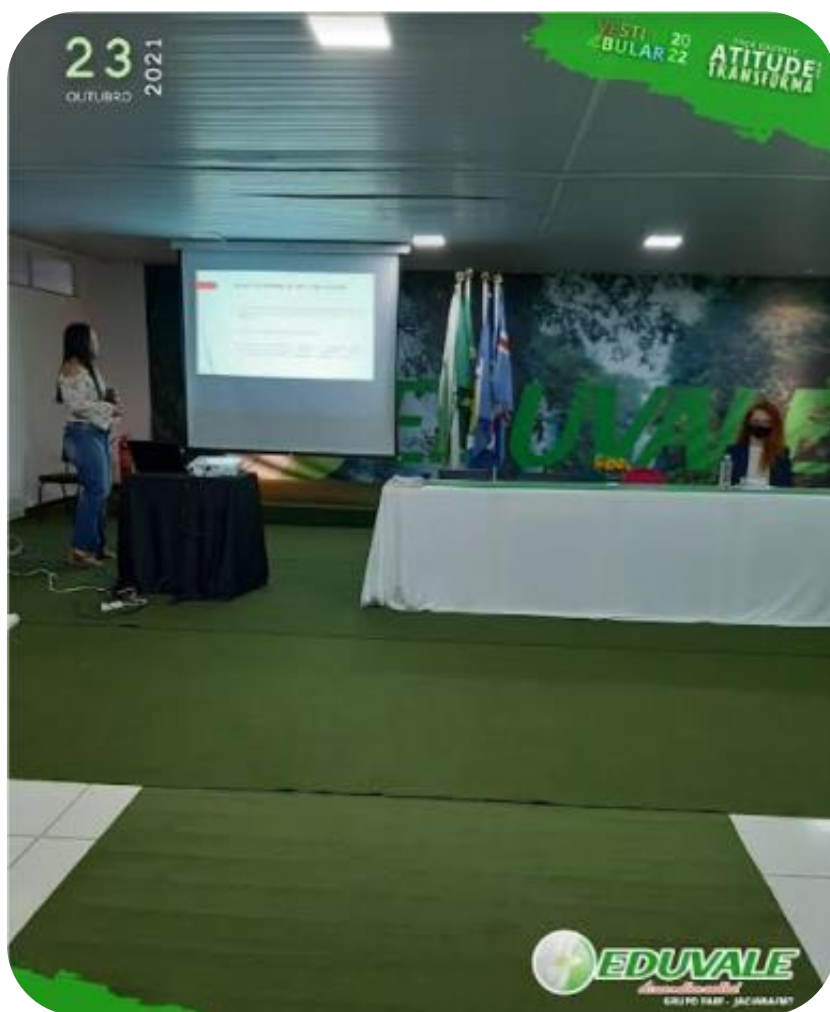
Foi realizado um minicurso, no segundo semestre letivo do ano de 2021 (2021.2) sobre o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a sua incidência no mundo prático jurídico que teve como título do projeto de extensão a “Iniciação à Prática Jurídica Cível” sendo que tal projeto foi proposto e executado pela Prof^a. Esp. Beatriz Caroline Zotti e pelo Prof. Esp. Luís Henrique P. Cremonez. Tal atividade de extensão, teve como objetivo primordial a introdução dos alunos às atividades jurídicas contemporâneas, humanísticas e axiológicas, possibilitando, então, um maior envolvimento com o conteúdo teórico que se desenvolverá em sua vida acadêmica.

O projeto, para atingir a finalidade mencionada no parágrafo anterior, consistiu em aulas teóricas e atividades práticas simuladas que foram elaboradas pelos alunos em monitoramento dos docentes. Ainda, é válido mencionar que, por conta do momento pandêmico advindo da COVID-19 e das limitações impostas pelas autoridades locais (restrição do número de acadêmicos dentro de uma sala de aula), o projeto foi executado de forma híbrida, isto é, uma parte dos alunos estavam presencialmente na sala de aula dentro da faculdade EDUVALE e a outra parte dos discentes acompanhavam por meio do “google meeting”, conforme se demonstra:



Prof^a. Esp. Beatriz
Caroline Zotti e o Prof.
Esp. Luís Henrique P.
Cremonez

Além disso, em alguns encontros, para agregar ainda mais conhecimento e experiência prática para os acadêmicos e para a comunidade envolvida com a Faculdade EDUVALE, tiveram as participações de outros profissionais da área jurídica que atuam, cotidianamente, em tal área. Como, por exemplo, no encontro do dia 23.10.21 teve a participação da conciliadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso Prof^a. Esp. Wana Ferreira Maciel e, ainda, no encontro do dia 13.11.21 teve a contribuição da advogada Prof^a. Esp. Isadora Gregório de Souza, conforme os registros que comprovam:



Prof^a. Esp. Beatriz
 Caroline Zotti e a
 conciliadora do
 Tribunal de Justiça do
 Estado de Mato Grosso
 Prof^a. Esp. Wana
 Ferreira Maciel



Prof^a. Esp. Beatriz
 Caroline Zotti e a
 advogada Prof^a. Esp.
 Isadora Gregório de
 Souza.

Como consequência do projeto, foi possível concluir com um alinhamento entre a teoria e a prática jurídica simulada, com o propósito de atender as necessidades dos acadêmicos e futuros operadores do direito em relação aos aspectos da aplicação do direito. Vencendo, assim, a dicotomia teoria e a prática, incluindo-se, também, a prática de atos extrajudiciais podendo, de forma sintetizada, executar a aplicação lógica do conhecimento da legislação processual civil, a obtenção do pleno desenvolvimento do raciocínio lógico e sua eficácia aplicação em questões processuais e, por fim, contribuiu para o domínio dos procedimentos forenses necessários aos profissionais do Direito que participaram da comunidade externa e para os nossos alunos que são os futuros profissionais da área.

CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL

Autor: Prof. Esp. Mateus Augusto Cardoso de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia empregada: Pesquisa Científica

Como parte do conteúdo da teoria geral do delito, o dolo e a culpa, a depender da teoria da ação aplicada, se situam em distintos substratos do crime. Os presentes institutos do direito penal têm características e elementos bem distintos, e visam observar os aspectos de subjetividade da conduta. Ocorre que, por ser elemento subjetivo do crime, com todas as suas diferenças elementares, as vezes aparentam se confundirem, que é o caso, da culpa consciente e o dolo eventual. Nesse sentido é grande a discussão no âmbito acadêmico e jurisprudencial nos Tribunais de todo o Brasil, quais são as diferenças e os limites de aplicação de cada instituto.

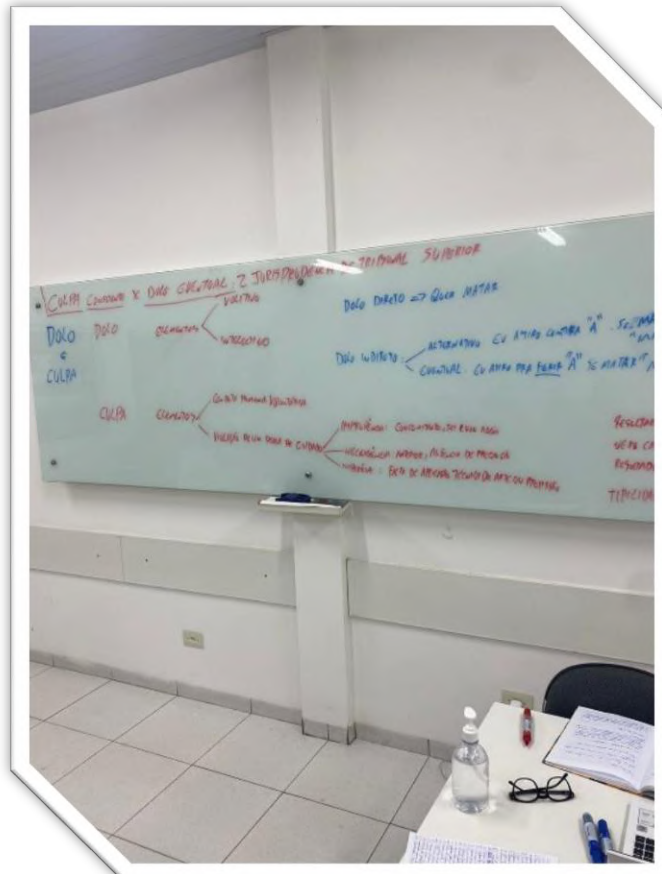
Dessarte, insta salientar, que as principais bancas de concurso público e o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, se preocupam com a presente matéria em diversas carreiras jurídicas, sendo de suma importância para o acadêmico de Direito.

Por todo o exposto, foi proposto ao aluno do 3º (terceiro) semestre de Direito, que analisasse os principais aspectos de ambos os institutos do Direito Penal e apresentasse as diferenças e os limites de aplicação de cada um, bem como fizesse uma pesquisa jurisprudencial em Tribunal Superior que se debruçasse um acórdão sobre a culpa consciente e outro sobre o dolo eventual.

Os discentes se reuniram em grupo, onde fizeram uma análise na legislação através do uso de vade mecum, doutrina e material disponibilizado em sala de aula para melhor aproveitamento de ideias, debateram entre si, e elegeram as principais diferenças que encontraram para colocar no trabalho a ser entregue na presente data.

Com o término do trabalho, foi percebido que os alunos se aplicaram em observar as principais diferenças e os aspectos que limitam a aplicação de ambos os institutos. Além do mais, trouxeram jurisprudências atualizadas do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.





10 DIFERENÇAS ENTRE A LEI 14.133/21 E LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11

Autor: Prof. Esp. Mateus Augusto Cardoso de Almeida
 Direito, Atividade de Ensino
 Metodologia empregada: Pesquisa Científica

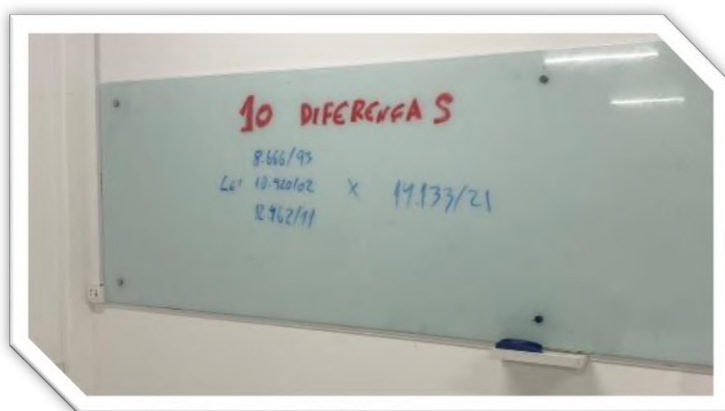
Atualmente no nosso ordenamento jurídico vivemos um momento de transição legislativa no que tange os procedimentos de licitação que a administração pública direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) no seu âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da administração pública indireta (autarquias e fundações) se submetem. A transição se dá por conta da vigência da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitação) que tem o intuito de unificar, inovar e substituir as leis 8.666/93 (Lei de Licitação), lei 10.520/02 (Lei do Pregão) e 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC).

Dessarte, insta salientar, que as principais bancas de concurso público e o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, se preocupam com a presente matéria em diversas carreiras jurídicas, sendo de suma importância para o acadêmico de Direito.

Por todo o exposto, foi proposto ao aluno do 5º (quinto) semestre de Direito, que analisasse os principais aspectos de ambas as normas, e após o estudo, fizesse um trabalho avaliativo apresentando 10 (dez) diferenças entre a lei superveniente já em vigor e as demais que ela irá substituir com o decurso do tempo.

Os discentes se reuniram em grupo, onde fizeram uma análise na legislação através do uso de vade mecum, doutrina e material disponibilizado em sala de aula para melhor aproveitamento de ideias, debateram entre si, e elegeram as principais diferenças que encontraram para colocar no trabalho a ser entregue na presente data.

Com o término da atividade, foi percebido que os alunos se aplicaram em observar as principais diferenças legislativas entre as normas do presente trabalho. O que se notou com a atividade é que os discentes encontraram inúmeras inovações legislativas que não existiam antes nos antigos diplomas legais.





CONTROLE DE RACIONALIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Autor: Prof. Esp. Mateus Augusto Cardoso de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia empregada: Pesquisa Científica

Quando falamos em Sentença no Processo Penal, devemos ir muito além da análise dos requisitos objetivos. Para isso, os aspectos de constitucionalidade sob a égide da subjetividade do ser humano Juiz, deve ser entendido no âmbito acadêmico e profissional, os limites do decisionismo no processo penal. A decisão limitada dentro de um processo penal repleto de garantias constitucionais quiçá de Direitos Humanos previstos em Tratados Internacionais que o Brasil é signatário. O Controle de racionalidade deve estudar esses aspectos, os limites do “decido da forma que minha consciência quer”.

Dessarte, insta salientar, que as principais bancas de concurso público e o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, se preocupam com a presente matéria em diversas carreiras jurídicas, sendo de suma importância para o acadêmico de Direito.

Por todo o exposto, foi proposto ao aluno 7º (sétimo) semestre de Direito, que analisasse o Capítulo XIV – DECISÕES JUDICIAIS E A SUA (NECESSÁRIA) MOTIVAÇÃO. SUPERANDO O PARADIGMA CARTESIANO. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO (CONGRUÊNCIA). COISA JULGADA. Subtítulo 2. Controle de Racionalidade das Decisões e Legitimação do poder. 2.3 À Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, mas sem Cair no Decisionismo. A Preocupação com a Qualidade da Fundamentação das Decisões – Livro Direito Processual Penal 19ª Edição Aury Lopes Jr. e fizesse uma crítica do presente texto onde deveria fundamentar a sua redação nos aspectos relacionados nas palavras do autor “A questão perene passa a ser: assumir a subjetividade e superar o dogma da completude lógica, de um lado, e, de outro, não cair no outro extremo, no decisionismo, em que o juiz julgue como bem entender, com incontrolável discricionariedade. Ou ainda “de que modo é possível construir um discurso capaz de dar conta de tais perplexidades, sem cair em decisionismos, ativismos judiciais e discricionariedades por parte dos juízes?”

Com o Texto disponibilizado e debatido previamente em sala, foi oportunizado aos alunos que inserissem suas críticas ao presente tema com o auxílio da ferramenta Classroom.

O término da pesquisa em tela, foi observado inúmeros pontos de vistas sobre o decisionismo nas sentenças dentro do processo penal, e assim, alimentando ainda mais o senso crítico do estuante de direito, bem como seu arcabouço jurídico.



A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS CHINESAS E A PRODUÇÃO DE CELULARES

Autor: Prof. Me. Vilso da Silva Franco

Direito, Atividade de Extensão

Metodologia Empregada: construtivismo e palestra expositiva-dialogada

As empresas transnacionais (ETNs) possuem uma cadeia produtiva fragmentada, muitas vezes localizadas em diferentes países o que torna difícil a exigibilidade do cumprimento de normas jurídicas nacionais e internacionais relacionadas aos direitos sociais, ambientais e econômicos. Esse contexto de “*corporate impunity*” contribui para que as ETNs figurem entre as principais violadoras dos direitos humanos no mundo.

Sob esse viés, aproveitando-se das características próprias do atual modelo econômico global, empresários chineses, em sua saga obstinada para suprir as necessidades de sua vertiginosa economia, vasculharam o mundo em busca de concessões de mineração, até encontrarem, no subsolo da segunda maior floresta equatorial do planeta, - localizada na República Democrática do Congo (RDC) -, parte significativa das matérias-primas que tanto necessitam para alavancar sua máquina econômica.

O impasse é que as práticas de realocação e internalização de empresas transnacionais (ETNs) chinesas ligadas a mineração, têm sido constantemente motivadas pela obtenção de vantagens relacionadas ao acesso a importantes matérias-primas a preços módicos, inobservância às regulamentações trabalhistas e socioambientais e exploração de mão de obra infantil em suas cadeias produtivas.

Por outro lado, a indústria de mineração constitui uma importante fonte de receitas à economia da RDC. Também representa um dos setores de trabalho mais perigosos, particularmente crítico às crianças congoleesas para as quais, essa atividade simboliza a fonte de sustento. Os perigos são tão óbvios e extremos que não há condições, – incluindo-se a pobreza –, sob as quais o trabalho infantil na mineração possa ser tolerado.

Nesse labor encontram-se milhares de crianças que apanham rochas contendo cobalto, as lavam e separam esse minério antes de ser vendido às ETNs chinesas para a fabricação de *smartphones*, computadores, vídeo games, baterias para carros elétricos, entre outros. Também há outras crianças que, graças a sua pequena constituição física, são as únicas capazes de penetrar nas estreitas galerias onde obtêm, por exemplo, o coltan, um minério imprescindível à fabricação aparelhos *hi-tech*. Estima-se que, para cada quilo de coltan extraído, duas crianças morrem¹ em acidentes causados nesses locais.

Vale lembrar que esses materiais depois de manufaturados por empresas chinesas, passam a integrar, a cadeia produtiva de empresas como Apple, Samsung, LG, Volkswagen entre outras. Ademais, a origem desse material, é permeada por outra espiral de violações de direitos humanos que envolve conflitos armados, massacres de civis, recrutamento de crianças-soldado, deslocamento forçado de pessoas, desflorestamento e poluição de recursos hídricos.

À primeira vista, esses parecem ser, problemas distantes de nossas realidades. Entretanto, ao aprofundar um pouco mais no estudo desse assunto, é possível entender que, na verdade, essas são agruras que abrangem, mesmo que indiretamente, expressiva parcela da comunidade humana do planeta, como sociedade consumidora e possuidora de certo grau de dependência em relação ao uso de equipamentos eletroeletrônicos², os quais são compostos, imprescindivelmente, por minerais oriundos da RDC.

Deste modo, fundamentado em sua relevância humana, social, jurídica e científica e, também, pela presença significativa de investimentos e ETNs chinesas em solo brasileiro, esse assunto foi abordado durante o Seminário “O Direito, a Justiça e a Constituição Federal de 1988” realizado em abril do corrente ano pela Faculdade EDUVALE.

O objetivo foi apresentar aos alunos do Curso de Direito esse cenário contemporâneo de transformações geopolíticas, econômicas, sociais e tecnológicas propiciadas pelo advento da globalização que trouxe novas realidades, demandas e conflitos cujos efeitos avançam as tradicionais barreiras espaciais e exigem para sua resolução, instrumentos, interpretações e interações jurídicas inovadoras por parte dos futuros operadores do Direito.

Para a realização dessa palestra foi utilizado o método construtivista aliado a exposição dialogada. Isso possibilitou aos acadêmicos estabelecer relação entre o direito, a justiça e o conteúdo de responsabilização social e jurídica de corporações transnacionais diante da violação de toda a ordem de direitos cometidas por esses atores em diversos lugares do planeta.

Ao final da jornada, muitos estudantes pontuaram, de forma clara e honesta, estarem entusiasmados com a riqueza do assunto abordado na palestra. Da mesma forma, outros alunos revelaram terem ampliado a visão acerca das ações perpetradas por corporações transnacionais que envolvem a fabricação de produtos que estão, cotidianamente, muito presentes em nossas vidas. Diante disso é possível inferir que esta atividade foi muito pertinente, permeada de sucesso e consideravelmente produtiva.





ALINHANDO TEORIA E PRÁTICA: A PETIÇÃO INICIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Autor: Prof. Me. Vilso da Silva Franco

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

Indubitavelmente, uma das metanormas que orienta o Direito Empresarial é o princípio da preservação da empresa, cujos alicerces estão fincados no reconhecimento da sua função social. Por isso, a crise econômico-financeira da microempresa é tratada juridicamente como um desafio passível de recuperação, ainda que se cuide de atividade privada, regida por regime jurídico privado.

Como se só não bastasse, a previsão de um regime jurídico para a recuperação da empresa decorre, igualmente, da percepção dos amplos riscos a que estão submetidas as atividades econômicas e seu amplo número de relações negociais, para além de sua exposição ao mercado e seus revezes constantes.

Diante desse contexto, o estudo do procedimento de recuperação judicial de empresas no Direito Brasileiro é de suma importância, pois trata-se, possivelmente, do momento mais delicado e dramático da vida dos empresários. Nessa oportunidade, as pessoas veem o trabalho de suas vidas, os seus sonhos e até mesmo a sua liberdade ameaçados por um momento de crise patrimonial ou de liquidez.

Mas não é só: a recuperação de empresas, causa repercussão econômica no mercado e nas próprias pessoas, pois o ajuizamento desse procedimento pode impactar no funcionamento de cidades, regiões, Estados e até mesmo de um país. Além disso, há riscos de diminuição de empregos, de queda de arrecadação de impostos e até de interrupção de serviços essenciais à população.

Com efeito, isso demanda do profissional do Direito um amplo conhecimento para buscar a recuperação e continuidade da sociedade empresarial ou até mesmo para minimizar os efeitos de uma inevitável dissolução da sociedade empresarial pela falência o que caracterizaria uma catástrofe total do empreendimento.

Nesse panorama, tomando-se por base a relevância desse assunto para os futuros advogados e operadores do Direito, adotou-se a metodologia “Aprender fazendo (Learn by doing)” com o objetivo de alinhar os conhecimentos teóricos ministrados em sala com a prática através da confecção de uma petição inicial de recuperação judicial buscando consolidar da aprendizagem acerca desse instituto jurídico.

Deste modo, com base na metodologia de ensino escolhida os acadêmicos do 7º Semestre do Curso de Direito puderam analisar a possibilidade jurídica, a legitimidade ativa e passiva e suas exceções e colocar em prática as particularidades da Lei 11.101/2005, de 9 de fevereiro de 2005 – que, entre outros, regula a recuperação judicial, a extrajudicial, no caso em concreto.

Como resultado desse esforço, os estudantes concluíram a confecção de uma das peças processuais mais desafiadoras e complexas do Ordenamento Jurídico Brasileiro, a peça processual que instaura o processo jurídico de Recuperação Judicial de uma empresa, alinhando os conhecimentos jurídicos explanados em sala, com a prática Processual Civil.

Por fim, em que pese tratar-se de uma atividade bastante desafiadora, infere-se que a participação intensa, o grau de comprometimento dos alunos aliados ao elevado nível dos trabalhos apresentados são sinais robustos que demonstram que a realização desta atividade foi extremamente exitosa, muito profícua contribuindo consideravelmente para a qualificação do corpo discente do 7º Semestre do Curso de Direito da Faculdade EDUVALE.



RUMO AO SUCESSO NA OAB: MANUSEANDO O VADE MECUM DE FORMA EFICIENTE

Autor: Prof. Me. Vilso da Silva Franco

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

Sob a perspectiva histórico-cultural da evolução social, é de amplo conhecimento que as leis funcionam como balizadoras do comportamento humano. São também reguladoras imprescindíveis das interações e processos da vida social do homem. Em consequência das Leis temos espaços de discernimento, paz social, acordos e implementação de prática de normas e regulamentos.

Nesse sentido, o Vade Mecum é, por sua vez, um livro que contempla senão todas, as principais leis do país. Também aglutina uma série de outros instrumentos jurídicos-normativos imprescindíveis ao operador do direito. Esse livro acompanha e orienta os alunos desde a graduação, passando pela aprovação no exame da Ordem e se perpetuará durante toda a carreira jurídica de futuros advogados, defensores, delegados, promotores, juízes, entre outros.

Do mesmo modo, o conhecimento contido no Vade Mecum é, também, essencial às pessoas voltadas à área científica do Direito, tais como, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores. O manuseio ágil e eficiente desse compilado de Leis e normativas, exige conhecimento e prática de técnicas que facilitarão a vida estudantil e profissional do operador do Direito em várias ocasiões, entre elas, a preparação e a realização do exame da OAB.

Nesse panorama, tomando por base os conhecimentos obtidos através da participação deste docente no evento “Diálogo da OAB com Professores, Alunos e Instituições de Ensino Superior – Exame de Ordem e as suas principais mudanças” realizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 25 de maio de 2022 aliados com as informações contidas no Edital de Abertura do exame mais atual da OAB, o 35º Exame de Ordem Unificado/2022 foi realizado o Minicurso Rumo ao Sucesso na OAB: Manuseando o Vade Mecum de Forma Eficiente

Este Minicurso teve por objetivo habilitar os alunos do Curso de Direito da Faculdade EDUVALE e demais interessados na preparação para o uso e manuseio eficiente deste livro imprescindível aos alunos de Direito contribuindo para a capacitação dos alunos futuros candidatos à prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e demais estudantes e operadores do Direito, através do ensino de técnicas que facilitarão o acesso ágil e preciso às informações nele contidas.

Dada a importância do estudo de outros assuntos jurídicos constantes no Vade Mecum que compõem o arcabouço normativo brasileiros, também foram abordados nesse Minicurso o acesso célere e preciso à Convenções Internacionais, Medidas Provisórias, Instruções Normativas, Regulamentos, Provimentos, Resoluções, Resoluções Administrativas, Súmulas Vinculantes, Súmulas, Decretos, Estatutos e Regimentos, otimizando a utilização do tempo de estudo acadêmico e quando da preparação do candidato à realização da prova da OAB.

Deste modo, com base na metodologia de ensino “Aprender fazendo (Learn by doing)” os alunos puderam empregar os materiais autorizados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para marcar as páginas de acesso aos instrumentos que compõem o arcabouço jurídico brasileiro cujo conhecimento é primordial aos estudantes de Direito. Os alunos também colocaram em prática os ensinamentos ministrados, aplicando-os na resolução de questões que constaram em exames da Ordem já realizados em simulação de situação real de prova da OAB.

Por fim, com base na participação massiva dos acadêmicos nos turnos da manhã e da tarde, na interação constatada em sala, no interesse demonstrado em utilizar de forma diligente e plena todos os instrumentos normativos-jurídicos contidos nesse livro e nos apontamentos realizados, infere-se que a realização deste Minicurso foi extremamente exitosa, muito profícua. Considera-se também que essa atividade contribuiu, sobremaneira, na melhoria da preparação do corpo discente

do Curso de Direito da EDUVALE, dotando-os de conhecimentos que facilitarão os estudos e a pesquisa e, principalmente, serão muito úteis na futura realização da prova da OAB.





HOJE FAÇO
DIREITO
AMANHÃ FAREI

